

RECURSO ESPECIAL Nº 1.837.077 - PR (2019/0269413-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : RAFAEL SGANZERLA DURAND - PR042761
RECORRIDO : SILVIO ANTONIO DE OLIVEIRA
REPR. POR : EVAIR DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : GUSTAVO PELEGRINI RANUCCI E OUTRO(S) - PR041254
MARCUS VINÍCIUS DE ANDRADE - PR047090

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto por **BANCO DO BRASIL S.A.**, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementado (fls. 137-138, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. 1. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. APLICAÇÃO DO ARTIGO 1.013, § 4º, DO CPC. 2. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR PELA INVALIDADE DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DISCUSSÃO IRRELEVANTE. VÍCIO SUPERADO PELA EXIBIÇÃO ESPONTÂNEA DA DOCUMENTAÇÃO EM JUÍZO. 3. EXIBIÇÃO PARCIAL DOS DOCUMENTOS. INDIVIDUALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS. NECESSIDADE DE EXIBIR OS DOCUMENTOS FALTANTES. 4. ENCARGOS SUCUMBENCIAIS. CONDENAÇÃO DO AGENTE FINANCEIRO. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. SENTENÇA MANTIDA. 5. HONORÁRIOS RECURSAIS. CABIMENTO. 1. Considerando que o banco exibiu parcialmente os documentos pleiteados na petição inicial, cabível a análise do pedido de exibição, autorizado pelo artigo 1.013, § 4º, do Código de Processo Civil. 2. A discussão quanto ao interesse de agir do autor resta superada pela exibição espontânea dos documentos pleiteados. 3. Considerando que parte autora individualizou os documentos a serem exibidos, correta a determinação para que o agente financeiro apresente os documentos faltantes. 4. Se a parte ré exhibe, apenas em parte, os documentos solicitados, a resistência manifestada contra a pretensão de exibição, aliada à procedência do pedido, acarreta a sua condenação ao pagamento dos encargos sucumbenciais, com base nos princípios da sucumbência e da causalidade. (Ap Cível nº 1.653.440-4, TJPR, 15ª Câmara Cível, Rel. Des. Luiz Carlos Gabardo, DJe 13/12/2017.) 5. É cabível a majoração da verba honorária devida ao patrono do apelado de acordo com o trabalho realizado em grau recursal, em observância ao que determina o artigo 85, § 11, do CPC.

Em razão do julgamento do Recurso Especial 1.349.453/MS, submetido à sistemática dos recursos repetitivos, o feito foi reapreciado pelo Colegiado estadual, em observância ao disposto no art. 1040, II, do CPC/15, tendo sido proferido o acórdão de fl. 74:

APELAÇÃO CÍVEL. JUÍZO DE RETRATAÇÃO. PROCEDIMENTO DOS RECURSOS REPETITIVOS DE QUE TRATAVA O ARTIGO 543-C, DO CPC/1973. 1.EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. APLICAÇÃO DO ARTIGO 1.013, § 4º, DO CPC. 2. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR PELA INVALIDADE DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. DISCUSSÃO IRRELEVANTE. VÍCIO SUPERADO PELA EXIBIÇÃO ESPONTÂNEA DA DOCUMENTAÇÃO EM JUÍZO.2. EXIBIÇÃO PARCIAL DOS DOCUMENTOS. INDIVIDUALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS. NECESSIDADE DE EXIBIR OS DOCUMENTOS FALTANTES. CORRETA OBSERVÂNCIA DE ORIENTAÇÃO DO STJ (RESP N. 1.349.453/MS). ACÓRDÃO NÃO RETRATADO. 1. Embora o STJ tenha reconhecido no julgamento do Recurso Especial submetido a sistemática dos recursos repetitivos que para o ajuizamento de cautelar de exibição de documentos bancários como medida preparatória a fim de instruir a ação principal, é necessário que o requerente demonstre três requisitos essenciais à propositura da ação, quais sejam: I- a existência de relação jurídica entre as partes; II- a comprovação de prévio pedido à instituição financeira não atendido em prazo razoável; e III- o pagamento do custo de tal serviço, referido entendimento não é aplicável ao caso, eis que houve a exibição espontânea dos documentos, restando superado a discussão quanto ao interesse de agir da autor. Juízo de retratação não exercido.

Nas razões do recurso especial (fls. 90-100, e-STJ), o recorrente apontou violação aos artigos 337, XI, 485, VI, e 1036 do CPC/15.

Sustentou, em síntese: **a)** ausência de interesse processual, ante a não comprovação da recusa do banco em fornecer os documentos solicitados pela parte autora; **b)** carência de ação, ante a falta de interesse processual e a impossibilidade jurídica do pedido, alegando que o banco não se negou a fornecer os documentos de interesse da parte autora; **c)** ser indevida a condenação em honorários advocatícios.

Contrarrazões às fls. 108-113, e-STJ.

Após decisão de admissibilidade do reclamo (fl. 120, e-STJ), subiram os autos a esta egrégia Corte Superior de Justiça.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. De início, o insurgente aponta ofensa ao artigo 1036 do CPC/15, sustentando ausência de interesse processual, ante a não comprovação da recusa do banco em fornecer os documentos solicitados pela parte autora.

No que diz respeito à alegada ofensa, observa-se que a parte agravante alega genericamente violação aos dispositivos citados sem apresentar fundamentação que guarde correlação com a norma supostamente violada, bem como sem demonstrar, de forma clara e precisa, de que modo o acórdão recorrido a teria contrariado.

Com efeito, a alegação de ofensa à lei federal pressupõe a realização do cotejo entre o conteúdo preceituado na norma e os argumentos aduzidos nas razões recursais, de maneira a demonstrar a devida correlação jurídica entre o fato e o mandamento legal.

Nesse sentido, a simples alusão a dispositivos, desacompanhada da necessária argumentação que sustente a alegada ofensa à lei federal, não se mostra suficiente para o conhecimento do recurso especial. Incide, no ponto, o disposto na súmula 284/STF, que se aplica por analogia. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ARTIGO 35-G DA LEI Nº 9.656/1998. SÚMULA Nº 284/STF. HOME CARE. RECUSA. SÚMULA Nº 7/STJ. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. REVISÃO. [...] 2. É inadmissível o inconformismo por deficiência na fundamentação quando o recurso especial não indica, de modo preciso, de que forma o dispositivo legal foi infringido. Incidência da Súmula nº 284/STF. [...] 5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1264572/PE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 24/08/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. AUSÊNCIA DE VÍCIO. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. PREQUESTIONAMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ASSOCIAÇÃO. LEGITIMIDADE ATIVA. INTERESSE DE AGIR REEXAME DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DAS SUMULAS N. 5 E 7 DO STJ. PERCENTUAL DE RETENÇÃO. RESCISÃO DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. ENTENDIMENTO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. DECISÃO MANTIDA. [...] 3. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF. 4. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF). [...] 9. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1202430/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. INADMISSIBILIDADE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. VIA IMPRÓPRIA. NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. REEXAME DE PROVAS. REVISÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO RECURSAL. SÚMULA N. 84/STF. DECISÃO MANTIDA. [...] 6. Se a tese apresentada nas razões do especial não tiver relação com os dispositivos apontados como violados, é inafastável a incidência da Súmula n. 284/STF, por deficiência de fundamentação recursal. 7. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1358635/ES, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 24/09/2015)

Com efeito, nos termos da jurisprudência do STJ, se a tese apresentada nas razões do especial não tiver relação com os dispositivos apontados como violados, como no caso, é inafastável a incidência da Súmula 284/STF, por deficiência de fundamentação recursal.

2. O recorrente aponta, ainda, violação aos artigos 337, XI, e 485, VI, do CPC/15, sustentando carência de ação, ante a falta de interesse processual e a impossibilidade jurídica do pedido, alegando que o banco não se negou a fornecer os documentos de interesse da parte autora.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 140-141, e-STJ):

Compulsando o presente feito, verifica-se que inexistem nestes autos comprovante de pagamento da taxa pelo serviço administrativo solicitado.

Levando em conta o entendimento firmado pelo egrégio STJ por ocasião do julgamento do REsp n.º 1.349.453/MS, da simples leitura dos autos percebe-se que a parte autora de fato deixou de cumprir os requisitos então elencados para a realização do pedido exhibitório, vez que não há comprovante de pagamento da taxa pelo serviço administrativo solicitado.

No entanto, consoante entendimento consolidado nesta Câmara, a **apresentação espontânea dos documentos pela parte ré importa no reconhecimento do pedido e, portanto, tem o condão de suprir quaisquer vícios relacionados ao interesse de agir da parte autora.**

(...)

Assim, considerando que o banco/apelante exibiu em juízo parte da documentação pleiteada pelo autor (mov. 22.1 a 22.7), não lhe é mais possível propor discussão acerca do interesse de agir deste para a propositura do feito. [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador, diante das peculiaridades do caso concreto e do exame do conjunto fático e probatório dos autos, concluiu que "a apresentação espontânea dos documentos pela parte ré importa no reconhecimento do pedido e, portanto, tem o condão de suprir quaisquer vícios relacionados ao interesse de agir da parte autora" (fl. 141, e-STJ).

Com efeito, o **fundamento utilizado para rejeitar a pretensão recursal** - a apresentação espontânea dos documentos pela parte ré importa no reconhecimento do pedido e, portanto, tem o condão de suprir quaisquer vícios relacionados ao interesse de agir da parte autora - **não foi impugnado** nas razões do recurso especial, limitando-se o recorrente a alegar a carência de ação, ante a falta de interesse processual e a impossibilidade jurídica do pedido, e a sustentar que o banco não se negou a fornecer os documentos de interesse da autora (fls. 97-99, e-STJ).

Contudo, quanto ao fundamento que, de fato, embasou o acórdão recorrido, **não houve impugnação** nas razões do apelo extremo, o qual se revela suficiente para manter o acórdão.

Deste modo, a subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do acórdão impugnado, impõe o desprovemento do apelo, a teor do entendimento disposto na Súmula 283 do STF, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão

recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.".

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. [...]. FUNDAMENTOS AUTÔNOMOS E SUFICIENTES PARA MANTER O ACÓRDÃO NÃO ATACADOS. SÚMULA 283/STF. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REEXAME DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. [...] **2. A ausência de impugnação, nas razões do recurso especial, de fundamento autônomo e suficiente, por si só, para manter incólume o aresto recorrido atrai, por analogia, o óbice da Súmula 283 do STF, segundo a qual: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."** [...] 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 323.958/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 18/06/2015, DJe 03/08/2015) [grifou-se]

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. 1. VIOLAÇÃO DO ART. 12 DA LEI N. 9.656/1998 E DO ART. 188 DO CC. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADOS NO APELO EXTREMO. SÚMULAS 283 E 284/STF. 2. OFENSA AO ART. 944 DO CC. DANO MORAL. EXORBITÂNCIA DA INDENIZAÇÃO NÃO VERIFICADA. REVISÃO DO VALOR. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO IMPROVIDO. [...] **Todavia, esses argumentos utilizados pelo Tribunal de origem não foram infirmados pela agravante, de forma que, não atacados os referidos fundamentos, os quais, por si sós, mantêm o acórdão recorrido, aplicam-se, à espécie, os enunciados nos 283 e 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.** [...] 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 738.817/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe 13/10/2015) [grifou-se]

Portanto, considerando que o *decisum* recorrido conta com fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do acórdão, inafastável a aplicação da Súmula 283 do STF, por analogia.

3. Por fim, no que se refere à alegação de ser indevida a condenação em honorários advocatícios, o recorrente não apontou especificamente os dispositivos que teriam sido vulnerados pelo aresto estadual.

No entanto, o recurso especial é de fundamentação vinculada, no qual o efeito devolutivo se opera tão-somente nos termos do que foi impugnado. Assim, a ausência de indicação expressa de dispositivos legais tidos por vulnerados não permite verificar se a legislação federal infraconstitucional restou, ou não, malferida.

Dessa forma, é de rigor a incidência do enunciado sumular n. 284 do Supremo Tribunal Federal:

É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua

fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO - PROBATÓRIO DOS AUTOS. SUMULA 7 DO STJ. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO.

AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Não se revela admissível o recurso excepcional, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia. No presente caso, o recorrente não indica o dispositivo legal tido por violado, em relação a condenação por danos morais e necessidade da ação de prestação de contas. Incidência da Súmula 284-STF. 2.O Tribunal de origem, amparado no acervo fático - probatório dos autos, concluiu que houve falha na prestação de serviço, e que o mandatário praticou ato ilícito apto a gerar o dever de indenizar; outrossim, concluiu que não é cabível a condenação do autor por danos morais, e que não há falar em litigância de má-fé. Assim, alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria, necessariamente, reexame do conjunto fático - probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, em razão do óbice da Súmula 7 do STJ. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1115460/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 16/02/2018)

Inafastável, portanto, a incidência do óbice estabelecido pela Súmula 284/STF, por analogia.

4. Do exposto, com fundamento no artigo 932 do NCPC c/c Súmula 568 do STJ, **nego provimento** ao recurso especial e, com fulcro no artigo 85, § 11, NCPC, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados na origem em favor da parte ora recorrida.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator